v.20 n.2 2020
cadernospós
cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

A constituição de espaços públicos pela negritude e branquitude em Florianópolis: os casos da Avenida Hercílio Luz e Praça Monte Serrat

The constitution of public spaces by blackness and whiteness in Florianópolis: the cases of Avenida Hercílio Luz and Praça Monte Serrat

La constitución de los espacios públicos por la negrura y la blancura en Florianópolis: los casos de la Avenida Hercílio Luz y la Praça Monte Serrat

Rafael Alves de Campos, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: arqrafaelcampos@gmail.com

Alicia Norma González de Castells, Doutora em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: alicianormacastells@gmail.com

Ana Paula Magalhães Jeffe, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: anajeffe@univali.br

Marcia do Valle Pereira Loch. Doutora em Engenharia de Produção. Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: marcia.loch@hotmail.com

Resumo

A construção da Avenida Hercílio Luz e do primeiro reservatório de água de Florianópolis-SC deixaram marcas na paisagem que suscitam memórias higienistas. Recentemente, o reservatório foi transformado em praça pública por meio de táticas de mobilização da comunidade do Morro da Caixa. A produção desses dois espaços públicos reflete as dinâmicas de poder e como as espacialidades da branquitude e da negritude se expressam na urbe. Demonstra como a retificação e o tamponamento de um rio tem relação com o deslocamento e a invisibilização da população afrodescente no território. A construção da praça reflete um movimento de resistência e conquista do direito à cidade por essa população, que tem no território a valorização da sua identidade. Por meio de revisão de literatura, entrevistas e observação assistemática, apresenta-se uma análise do contexto urbano e seus processos de constituição, destacando nesse ínterim os atravessamentos da problemática étnico-racial. Por meio do aporte teórico da antropologia urbana, evidencia-se como a convergência entre espaço e ações deram sentido àquele lugar, e como representam formas táticas especializadas e simbólicas, fazendo do espaço público contemporâneo um legítimo espaço político da diferença.

Palavras-chave: Espaço público; Táticas urbanas; Negritude; Branquitude; Rio da Bulha.

Abstract

The construction of Avenida Hercílio Luz and the first water reservoir (R-0) in Florianópolis-SC left marks on the landscape that evoke hygienist memories. Recently, the reservoir was transformed into a public square through mobilization tactics of the Morro da Caixa community. The production of these two public spaces reflects the dynamics of power and how the spatialities of whiteness and blackness are expressed in the city. It demonstrates how the rectification and buffering of a river is related to the displacement and invisibility of the Afro-descendant population in the territory. The construction of the square reflects a movement of resistance and the conquest of the right to the city by this population, which has in the territory the valorization of its identity. Through literature review, interviews and unsystematic observation, an analysis of the urban context and its constitution processes is presented, highlighting in the meantime the crossings of the ethnic-racial issue. Through the theoretical contribution of urban anthropology, it is evident how the convergence between space and actions gave meaning to that place, and that they represent specialized and symbolic tactical forms, making contemporary public space a legitimate political space of difference.

Keywords: Public space; Urban tactics; Blackness; Whiteness, Bulha river.

Resumen

La construcción de la Avenida Hercílio Luz y la del primer depósito de agua (R-0) en Florianópolis-SC dejaron huellas en el paisaje que evocan recuerdos higienistas. Recientemente, el embalse se transformó en una plaza pública por medio de tácticas de movilización de la comunidad de Morro da Caixa. La producción de estos dos espacios públicos refleja la dinámica del poder y cómo las espacialidades de blancura y negrura se expresan en la ciudad. Demuestra cómo la rectificación y amortiguamiento de un río se relaciona con el desplazamiento e invisibilidad de la población afrodescendiente en el territorio. La construcción de la plaza refleja un movimiento de resistencia y la conquista del derecho a la ciudad por parte de esta población, que tiene en el territorio la valorización de su identidad. Mediante revisión de literatura, entrevistas y observación no sistemática, se presenta un análisis del contexto urbano y sus procesos de constitución, destacando entre tanto los cruces de la cuestión étnico-racial. A través del aporte teórico de la antropología urbana, se evidencia cómo la convergencia entre espacio y acciones dio sentido a ese lugar, y que representan formas tácticas especializadas y simbólicas, haciendo del espacio público contemporáneo un espacio político legítimo de diferencia.

Palabras clave: Lugar público; Tácticas urbanas; Negrura; Blancura, Rio de la Bulha.

INTRODUÇÃO

A arquitetura da cidade pode ser considerada uma produção cultural que reflete as maneiras de organização da sociedade. É preciso assumir o pressuposto de que a urbe enquanto construção social está em contínua mutabilidade, e que a ideia de complexidade e incerteza da cidade acompanha as mudanças substantivas da vida urbana e seus paradigmas dominantes (CASTELLS, 2012). Por exemplo, por meio da análise da implantação de saneamento básico, das ruas e das praças, pode-se entender as dinâmicas sociais de seus habitantes.

Em Florianópolis, no início do século XX, o princípio social higienizador, idealizado por Haussmann (LEITE, 2002), foi utilizado para adequar a cidade à implantação de infraestruturas urbanas de saneamento básico com o primeiro reservatório de água da cidade (R-0) e a retificação do Rio da Bulha, nascente da Fonte Grande. As margens do rio foram transformadas em uma avenida larga com um passeio público generoso (Figura 1). O local foi alvo de políticas públicas que geraram um processo de gentrificação nessa região que era ocupada majoritariamente pela população negra empobrecida (CAMPOS, 2019).

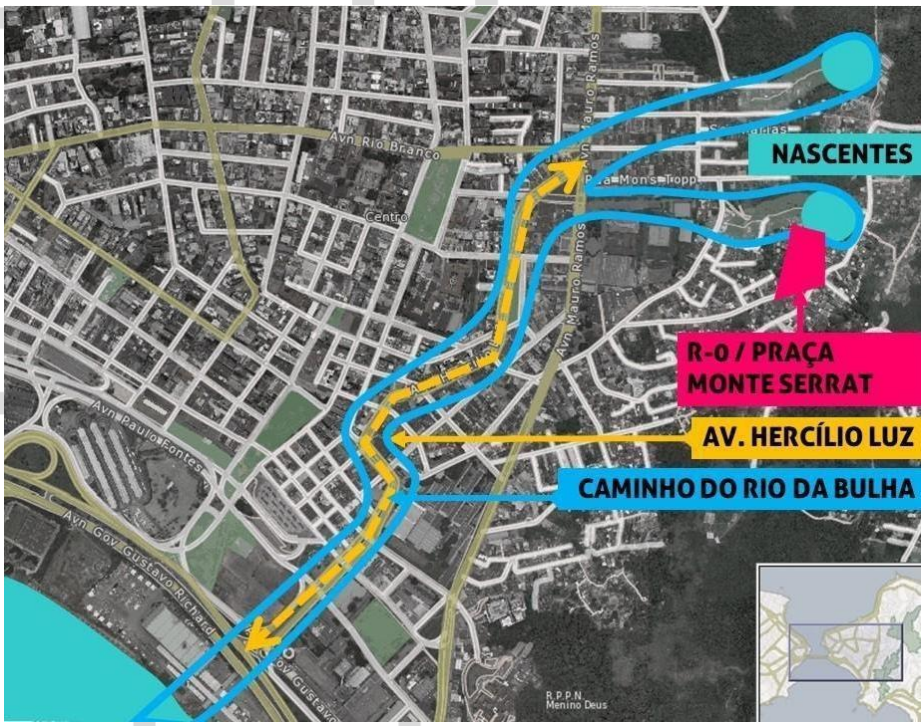

Figura 1: Imagem de Satélite da região centro leste de Florianópolis-SC, com destaque para a localização do R-0/Praça Monte Serrat, Avenida Hercílio Luz e Rio da Bulha. Fonte: Adaptada por Campos (2019).

O reservatório de água (R-0) tornou-se um marco visual importante, sendo o local conhecido como Morro da Caixa. No final do século XX, o bairro foi rebatizado como Monte Serrat. Entretanto, essa denominação não é consensual e muitos moradores ainda utilizam o nome original (MAIA, 2019), pois vêem o reservatório como um

referencial identitário do bairro. Lerner (*apud* GEHL, 2013) corrobora com a ideia quando afirma que a identidade da cidade se reflete nos vínculos que as pessoas estabelecem com os espaços e elementos de referência que fazem parte do seu cotidiano, no caso o reservatório de água. Esse vínculo resultou na transformação do reservatório, que era fechado e representava um território do poder hegemônico produzido pela branquitude, na primeira praça pública do Monte Serrat inaugurada em 2019 por meio de táticas de mobilização da comunidade.

As experiências de produção desses dois espaços públicos de Florianópolis refletem as dinâmicas de poder na urbe e como esses processos têm atravessamentos a questões sociais étnico-raciais. Por meio do controle dos aparatos institucionais, a branquitude promoveu a ordenação e tamponamento de um rio, assim como o deslocamento e a invisibilização da população afrodescente no território. Entretanto, a construção recente da praça pública junto à nascente desse rio reflete um movimento de resistência e conquista do direito à cidade por parte desse coletivo negro que tem no território a valorização da sua identidade. Pergunta-se quais foram os fatos históricos que envolveram a criação social desses espaços públicos? De que maneira esses fatos têm relação com a problemática étnico-racial e com a identidade dessa comunidade?

Para elucidar essas questões, está em desenvolvimento o estudo de caso de abordagem qualitativa, apresentando aqui os resultados preliminares obtidos por meio de revisão de literatura, observação assistemática e entrevistas (ORNSTEIN; VILLA; FRANÇA, 2018). Buscou-se aporte teórico da antropologia urbana e pesquisas com foco na comunidade. As observações *in loco* ocorreram entre agosto de 2019 a março de 2020, assim como as entrevistas realizadas com dois moradores da comunidade: Pe. Vilson Groh e Cauane Maia. O primeiro é líder comunitário e presidente do Instituto Vilson Groh (IVG), a organização que foi responsável pela iniciativa de construção da praça, enquanto Cauane é antropóloga atuante no Monte Serrat.

A seguir, aponta-se um breve referencial teórico, a análise dos processos de construção da Avenida Hercílio Luz e Praça Monte Serrat junto ao Rio da Bulha, atravessados pela problemática étnico-racial em Florianópolis, seguido por discussão dos resultados.

BREVE REFERENCIAL TEÓRICO

A cidade tem uma história própria (texto), mas também é a história de pessoas e grupos determinados (contexto). Nessa perspectiva, as transformações urbanas não são apenas o resultado passivo da globalidade social e de suas modificações. Trata-se de um território em disputa no qual os conflitos entre poderosos e oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa de ambos os grupos para a beleza da obra (LEFEBVRE, 2001).

Pode-se dizer que o racismo estrutural que integra a organização econômica e política da sociedade, influencia na constituição do espaço urbano e se

reforça por meio dele. Como coloca Almeida (2019, p. 21) "o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade que moldam a vida social contemporânea". As espacialidades da branquitude e da negritude se expressam nos espaços reais, e cabe àqueles que pretendem criar cidades antirracistas, entender como os conflitos étnicos-raciais atravessam a construção da urbe.

Negritude tem um sentido de pertencimento e orgulho, da busca pelo reforço identitário e de resistência. A branquitude é um conceito ético e ideológico que produz o racismo, um conceito relativamente recente que demonstra um lugar de privilégios sociais (RIBEIRO, 2019). A ação antirracista sugere que a análise do racismo estrutural deve ser relacional entre a posição e a produção de brancos e não brancos. Por isso, apresenta-se neste artigo o contexto e texto urbano da formação e uso de dois espaços públicos produzidos pela branquitude e pela negritude em Florianópolis.

Sobre racismo estrutural e cidade é preciso lembrar que a escravidão teve consequências concretas na formação da sociedade. A população branca que domina os meios de produção vem se beneficiando ao longo da história, já a população negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. A Lei de Terras de 1850 transformou a terra em mercadoria e dava ao estado o direito de venda. Com o fim da escravidão, em 1888, a população negra não dispunha de grandes quantias para compra. A branquitude durante o período escravagista definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar e instituiu o paralelismo entre a cor negra e posição social inferior, contribuindo para, como diz Jesus (2014), o centro como sala de visita e a periferia como quarto de despejo.

A cidade é o lugar onde o mercado se instalou e se desenvolveu, de modo que a vida urbana se torna mercadoria, e as qualidades espaciais tornam-se parte da lógica econômica e da exploração sistemática das rendas de produtividade. Muitos espaços considerados centrais foram idealizados visando canalizar a vida urbana em vias comercialmente exploráveis, reduzindo as pessoas a consumidores. Em contrapartida, nas periferias é comum observar lugares produzidos por meio de ocupações que acionam espaços por meio do uso (SCHIMID, 2017).

A dialética centro e periferia não se trata de termos geográficos, mas sim de um entendimento de que na centralidade existe a disponibilidade de múltiplas possibilidades de acesso a recursos sociais. Já a periferia implica na dispersão, demarcação e exclusão da vida urbana. Nesse mesmo sentido, Certeau (1994) afirma que as estratégias de poder transformam a cidade em um lugar organizado por operações especulativas e classificatórias, onde obras higienistas foram maneiras de se urbanizar a linguagem do poder. Entende que existem diversos movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico, os quais denominam táticas. As pessoas comuns vão adaptando o espaço, transgredindo os usos tradicionais e criando usos que atendam às suas necessidades.

Dentre as táticas de resistência das comunidades empobrecidas pode-se citar a ocupação de espaços urbanos subutilizados e a transformação deles em espaços públicos. Leite (2002) define uma dimensão sociológica da categoria de espaço público, segundo a qual o espaço urbano é uma propriedade pública, mas só será considerado espaço público quando, "através da convergência entre espaço e ação, estruturam-se manifestações públicas diversas, a partir dos significados que as pessoas atribuem a certos espaços" (LEITE, 2002, p. 129). Para ele, os usos e contra-usos podem dar sentidos aos espaços urbanos transformando-os em lugares, que, quando estabelecidos no interior dos processos de gentrificação, podem representar formas táticas – espacializadas e simbólicas – de criar singularidades, reivindicar direitos de pertencer à cidade e de fazer do espaço público contemporâneo um legítimo espaço político da diferença.

Em Florianópolis, esses conceitos podem ser identificados na construção da Avenida Hercílio Luz e da Praça Monte Serrat. Experiências diametralmente opostas, mas que estão relacionadas entre si pela conexão com um importante córrego de água da cidade.

De Rio da Bulha à Avenida Hercílio Luz

O princípio de colonização da Ilha de Santa Catarina se deu entre os córregos da Palhoça e da Fonte Grande. Por muito tempo, a Fonte Grande era um dos principais destinos para a captação de água, despejo de águas servidas e para a lavagem de roupas. Durante o período escravista, os negros levavam as águas servidas sobre as suas cabeças em recipientes denominados "bulhas". Eram conhecidos como "tigres" devido às listras em seus corpos, causadas pelo líquido ácido que muitas vezes transbordava no trajeto. Durante o século XIX, o córrego teve as faixas lindeiras ocupadas por cortiços ocupados pela população empobrecida e ex-escravos. O aumento da ocupação em condições precárias de habitação e o contínuo despejo de esgoto na água transformaram a paisagem do local, que passou a ser denominado pejorativamente como Rio da Bulha, um dos principais responsáveis pela proliferação de doenças infecciosas e epidemias (SANTOS, 2009; CAMPOS, 2019; SUGAI, 2015).

As primeiras obras de saneamento básico de Florianópolis aconteceram no final de 1907, com a construção de dois mananciais (Ana D'ávilla e Cachoeira do Assopra) e do primeiro reservatório de água (R-0) de Santa Catarina, junto à nascente do Rio da Bulha, no Morro do Antão, inaugurado em 1909 (STEFANELLI, 2016). O sistema de abastecimento tornou-se insuficiente em poucos anos com o crescimento da cidade. Em função disso, no início do século XX, durante o governo de Hercílio Luz, foram realizadas diversas obras sanitaristas: a construção de um novo manancial para aumentar a capacidade de abastecimento do R-0, obras de retificação do córrego, construção de alamedas nas suas margens, instalação de iluminação pública e mudança do nome do local que passou a se chamar Avenida do Saneamento. Após a inauguração, em 1922, o lugar se tornou um dos preferidos da burguesia (SANTOS, 2009; STEFANELLI, 2016), posteriormente foi rebatizado como Avenida Hercílio Luz (Figura 2).

Junto a um discurso técnico da promoção do saneamento e limpeza do córrego poluído, existiu um interesse econômico de valorização e, consequentemente, gentrificação da região central. O processo de gentrificação é uma prática resultante das ações desenvolvidas pelas políticas públicas em conivência ou com fronteiras pouco nítidas com as forças do capital privado. Sugai (2015) afirma que, no caso do saneamento do Rio da Bulha, não se pretendeu solucionar os problemas sociais existentes, ao contrário, expulsaram seus moradores, impedindo as camadas populares de ocupar as encostas do Morro da Cruz, abrindo uma nova frente para o capital imobiliário.

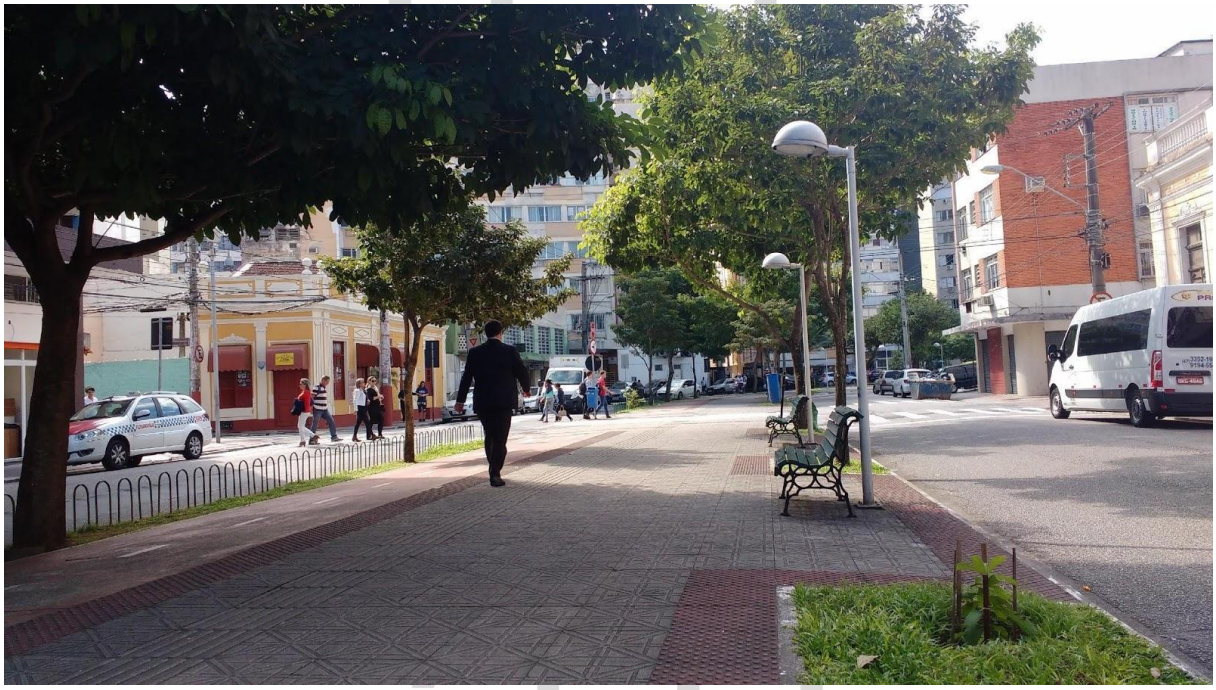

Figura 2: Foto da Avenida Hercílio Luz atualmente. Fonte: Elaborada pelo autor.

Durante a inauguração das obras do rio, o discurso do deputado Acácio Moreira expõe a lógica de superioridade de raças quando ele brada que "o historiador há de destacar, maravilhado, abençoando a raça original [...] Aqui na terra barriga-verde a raça culminou na *sciéncia*" (SANTOS, 2009, p. 508). Esse pensamento reflete os modelos estéticos de superioridade de raça das teorias do *darwinismo* social, que expressavam desprezo pela população negra, mestiça e pobre. Para as ciências sociais, a raça é aquilo que é percebido como tal pelos membros de uma sociedade concreta. As variações fenotípicas ligadas a processos históricos da sociedade são percebidas como diferenças físicas e o entendimento de raça ou qualificativo racial, é socialmente construído de modo a influenciar nos *status* dos grupos, indivíduos e relações sociais (ALMEIDA, 2019; DOMINGUEZ, 2004).

A relação de pertencimento a Florianópolis está relacionada à construção de uma prática discursiva de fortalecimento da cultura açoriana e de negação e enfraquecimento de outras culturas e descendências. Virgílio Várzea (*apud* MAIA,

2019) afirma em seu livro de 1909 sobre Santa Catarina que não era comum encontrar os traços fisiológicos do negro, nem de indígenas. Para ele, essas descendências não prevaleceram na ilha, sendo encontrados um pequeno número de mestiços, que se dava ao fato de o tráfico dos africanos ter sido tardio. Portanto, os traços dos catarinenses eram essencialmente arianos. No entanto, segundo afirma Santos (2009), apesar da literatura sobre a ocupação portuguesa do litoral catarinense excluir o fato de os colonos açorianos e seus descendentes terem utilizado trabalho escravo em suas propriedades, existem registros publicados em 1829 sobre a população de Desterro, que demonstram que dos 5.250 habitantes, 1.866 pessoas eram de origem africana, ou seja, 35,6% do total, mais de um terço da população.

Pode-se dizer que esses são exemplos do racismo institucional que se origina na operação de forças estabelecidas. "As instituições atuam na formulação de regras e imposições de padrões sociais que atribuem privilégios a um determinado grupo racial, no caso os brancos" (ALMEIDA, 2019, p. 31). Nota-se que a dimensão do poder é um elemento constitutivo das relações raciais, que possibilita o poder de uma classe sobre outra, por meio do controle direto ou indireto da branquitude sobre o aparato institucional.

As obras no Rio da Bulha foram utilizadas como mecanismo de produção do racismo, de marginalização e de invisibilização da população negra. O rio passou por um processo de violência e poluição, assim como a população empobrecida. À medida que se escondeu essa violência, com a retificação e tamponamento do rio, excluindo-o da paisagem, o racismo também se escondeu.

A população negra, no entanto, resistiu a esses processos de expulsão e invisibilização. Como afirma Maia (2019), o território negro aparece como um elemento de visibilidade a ser resgatado e a tradição da raça tem sido, comprovadamente, o próprio enfrentamento, à resistência cotidiana e à luta pela autoestima; tanto nas regiões rurais como nas áreas periféricas das cidades. No caso de Florianópolis, as ações provocaram o deslocamento dessa população que passou a ocupar as margens do limite urbano da época, o maciço do Morro da Cruz (SANTOS, 2009).

O Morro da Caixa, localizado no maciço do Morro da Cruz, teve três momentos principais de ocupação: por volta de 1860, durante o período da escravidão negra fugida ou libertada; na década de 1920, com as obras higienistas do centro e durante as décadas de 1950 e 1960, período de crescimento da construção civil (SANTOS, 2009). Nessa análise do histórico de ocupações, conclui-se que o Morro da Caixa é um Território Negro.

Segundo afirma Maia (2019), os negros, ali, isolados pelo preconceito racial, procuravam reconstruir uma tradição focada no parentesco, na religião, na terra e nos valores morais cultuados ao longo das suas descendências. Mantiveram sua identidade cultural por meio de uma fronteira étnica construída através de anos de resistência em diversos contextos, na casa, no bairro e na praça.

A CONQUISTA DA PRAÇA MONTE SERRAT

O maciço do Morro da Cruz tardou a receber infraestruturas urbanas de qualidade. No Monte Serrat, o calçamento, a água encanada e o transporte público só foram implantados devido à pressão popular e à organização da população em mutirões (MAIA, 2019).

O reservatório subterrâneo R-0 foi construído sobre um terreno de 7.023 m² (Figura 3). O local se tornou uma ilha em meio a um traçado urbano densamente povoado e caracterizado pela ausência de espaços públicos. Segundo Groh (2020) foram mais de 15 anos de solicitações junto à prefeitura. O desejo da comunidade só começou a se concretizar em 2013, quando o terreno foi cedido pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) à prefeitura de Florianópolis, para o uso gratuito como área de lazer. Posteriormente, o terreno foi adotado pelo Instituto Padre Vilson Groh (IVG), organização da sociedade civil que atua na periferia da Grande Florianópolis (ARQSC, 2019). O processo de adoção é regulamentado pelo Decreto nº 244/1997 (FLORIANÓPOLIS, 1997) e prevê que o adotante seja responsável pela introdução e manutenção das melhorias espaciais.

Para desenvolver o projeto paisagístico, o (IVG) convidou o Movimento Traços Urbanos, grupo multidisciplinar de voluntários, que realizou diversos métodos participativos com a comunidade, visando entender as necessidades das pessoas e as questões culturais do local. Foram ouvidas as lideranças, as crianças e os adolescentes da comunidade. O escritório de cooperação da Universidade do Vale do Itajaí contribuiu com o levantamento técnico do terreno para adequação do projeto final (ARQSC, 2019).



Figura 3: Vista da cobertura do reservatório subterrâneo R-0 e da casa de máquinas. Fonte: Elaborada pelo autor.

Foram implantados, no local, academia ao ar livre, pista para caminhada, *playground*, (Figura 4), horta comunitária, espaço para realização de eventos e uma fonte que faz referência às mulheres que lavavam roupas na Fonte Grande (Figura 5). Segundo Groh (2020), existe a intenção de homenagear as lavadeiras, matriarcas do morro, colocando seus nomes junto à escultura. Além disso,

pretende-se transformar o espaço da casa de máquinas em um local para expor a memória da comunidade e do próprio reservatório. Para ele, a obra da praça tem o potencial de desenvolver o senso do coletivo e do bem comum, pois é o lugar de encontro entre as pessoas e a história.

> O Monte Serrat tem uma história e ao mesmo tempo uma organização que expressa uma profunda autoestima de ser, de viver, de pele e de cor, que rompe com o processo do racismo. Acho que numa cidade e num país onde o racismo se expressa tão fortemente, mexer com as estruturas do mundo do trabalho é fundamental, mexer com as estruturas do conhecimento é fundamental, mexer com as estruturas da cultura popular é fundamental. O que a gente faz, eu penso, desenvolve esses processos, eu acho que a praça pode ser um foco muito interessante nesse ponto de vista de construir essa caminhada libertária, né? E nesse processo todo, no meu entendimento, a praça pode ser um importante espaço para essa população negra que habita nesse morro, romper com o processo de invisibilidade fundamentalmente. [...] (GROH, 2020).

Segundo narrativa de Cauane, antropóloga e moradora do Morro da Caixa, a conquista desse território também foi influenciada pela movimentação das mulheres do grupo de percussão Cores de Aidê que utilizavam o espaço para ensaiar. Além disso, o local costumava ser ocupado pelas crianças para brincar. (Depoimento pessoal de Cauane Maia cedido à Campos em 10 de outubro de 2019). Essas práticas são definidas por Leite (2002) como contra-usos, que estabelecidos nesse local representam táticas de resistência (CERTEAU, 1994) que deram sentido e politizaram esse espaço público.



Figura 4: Em primeiro plano o playground*, pista de caminhada e academia ao ar livre instalados na Praça Monte Serrat. Ao fundo, vê-se o edifício histórico da casa de máquinas. Fonte: Campos, 2019.*



Figura 5: Fonte de água em homenagem às mulheres lavadeiras que buscavam a Fonte Grande/Rio da Bulha diariamente. Fonte: Campos, 2019.

Desde a sua inauguração, em agosto de 2019, o lugar tem se tornado um importante espaço para as manifestações identitárias afro-brasileiras. Na Figura 6, vê-se a realização dos ensaios da escola de samba da comunidade. Na inauguração da praça, houve uma celebração ecumênica de bênção da fonte de água realizada por duas mães de santo e pelo Padre Vilson Groh. Para Dominguez (2004), as práticas de *performances* de expressões culturais consideradas próprias, podem ser utilizadas como mecanismo para estabelecer uma mesma identidade étnica. A base da identidade étnica é a crença subjetiva de uma comunidade que pressupõe uma ascendência comum. O embasamento nessa crença se dá por meio de aparência externa, costumes, musicalidade, lembranças da colonização ou da migração e por meio de narrativas de vinculações com os antepassados.

Os estudos focados na problemática étnica são centrados nas maneiras como a diferença cultural é organizada socialmente. Visam observar como os contrastes culturais se expressam por meio de manifestações identitárias e da constituição dos espaços cênicos e das interações sociais que os atores, ali, realizam (DOMINGUEZ, 2004). Dessa forma, pode-se aferir que os usos e contra-usos mencionados são manifestações identitárias relevantes da cultura de descendência africana de Florianópolis, sendo que a praça vem se tornando um importante espaço cênico.



Figura 6: Ensaio da escola de samba na Praça Monte Serrat. Fonte: Elaborada pelo autor.

Gupta e Ferguson (2000, p. 34) entendem que a experiência do espaço é sempre socialmente construída e que "a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade". Segundo os autores, é possível entender o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distinta por meio da análise da distribuição espacial de relações de poder hierárquicas.

A construção da praça, especificamente nesse terreno, simboliza a transformação desse espaço do poder hegemônico em um território negro, a derrubada de um muro invisível. Os muros invisíveis são contenções simbólicas que negam à população o direito à cidade e ao espaço público, refletindo as tensões de geometrias do poder que marcam a mobilidade diferencial entre diversos sujeitos (HAESBAERT, 2011). Nesse sentido, Pe. Vilson acredita que a praça possa favorecer a integração da região com o restante da cidade. Para tal, foram realizadas táticas como a exposição de placas em outras praças da cidade, convidando as pessoas a conhecerem o local (Figura 7). Foram realizadas feiras com música, artesanato e alimentos (Figura 8), com a intenção de inserir a praça no circuito turístico cultural, dando visibilidade aos fazeres, cheiros, sons e sabores produzidos pela comunidade.



Figura 7: Banner *exposto em praça da região central da cidade, convidando o usuário a conhecer a Praça Monte Serrat. Fonte: Elaborada pelo autor.*



Figura 8: Banner *exposto na Praça Monte Serrat informando sobre a feira que aconteceu no local. Fonte: Elaborada pelo autor.*

DISCUSSÃO E RESULTADOS PRELIMINARES

Pela leitura e análise histórico espacial, buscou-se criar um registro histórico da infraestrutura urbana de Florianópolis, especificamente da Avenida Hercílio Luz e Praça Monte Serrat. Denunciam-se obras higienistas como racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) que provocaram o deslocamento e a invisibilização da população afrodescente e a exclusão de um importante rio da paisagem.

A branquitude, representada pelas instituições que planejaram o espaço, buscou a ordenação da cidade no local estudado, criando alinhamentos e o ângulo reto. No entanto, a reprodução sistemática de fragmentos sempre iguais anula qualquer tipo de marco (JACQUES, 2003), como o ocorrido com o reservatório, completamente mimetizado na paisagem densamente ocupada pela população do Morro da Caixa até se transformar num território negro e público. Evidencia-se a importância emblemática da Praça Monte Serrat que representa a reparação de uma dívida histórica da cidade com a população daquela comunidade.

Os registros na e da cidade evidenciam como a espacialização da branquitude é pautada no consumo e no mercado. Enquanto os espaços da negritude são conquistados envolvendo diversas táticas de resistência da comunidade organizada, como a autogestão e a reapropriação que compõem o núcleo de experimentações utópicas ligadas ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Por meio de realização de contra-usos (LEITE, 2002) se constroem legítimos espaços públicos politizados que evidenciam a identidade étnico-racial do coletivo negro. Acredita-se que a praça favorece a ruptura de um processo de invisibilização da cultura afro-brasileira na capital catarinense. Rompe-se o muro invisível (HAESBAERT, 2011) entre centro e periferia, favorecendo a melhoria da vida cotidiana da comunidade.

A cidade está se tornando virtualmente onipresente com a total urbanização, e qualquer região tem potencial para tornar-se central, transformando-se em um lugar de encontro, diferença e inovação, mas isso demanda considerar a urbanização a partir de um modo alternativo, integrativo e antirracista. O caso da comunidade do Monte Serrat tem muito a ensinar, pois a autodeterminação dos sujeitos e a coesão social transformou os espaços e os envolvidos, promovendo a democracia por meio da autogestão. As pessoas tomaram nas mãos os rumos coletivos, tornando-se sujeitos de sua própria história. Através da reapropriação, da fruição no uso e na multiplicação das forças vitais e criadoras, produziram a cidade como obra participativa que registra a história coletiva.

Assume-se que essa experiência, como uma pedagogia social, possibilitou e ainda possibilitará o avanço dos envolvidos e do todo social. No decorrer da pesquisa futura, por meio das narrativas das pessoas e da observação do lugar pós-ocupado, acredita-se que será possível sistematizar informações sobre as táticas utilizadas. Valorizar a história dessas pessoas, visando evidenciar a existência desses corpos, ritmos, sons e marcas que sempre estiveram presentes nesse espaço, hoje, público. Essa experiência poderá ser interpretada, categorizada e sistematizada de modo a evidenciar táticas comunitárias que possam servir de modelo para serem replicadas em *prol* da construção de cidades mais justas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ARQSC. **Projeto da Praça Monte Serrat começa a sair do papel.** Portal ArqSC. 22 maio 2019. Disponível em: https://arqsc.com.br/projeto-da-praca-monte-serrat-comeca-a-sair-do-papel. Acesso em: 27 maio 2020.

CAMPOS, R. A. No caminho dos tigres: retrato de um rio e sua relevância como espaço público para a população negra de Florianópolis-SC. Conflitos e conquistas do passado e do presente. *In:* **Jornadas Antropológicas do Programa de Pós-graduação em antropologia Social (PPGAS)**, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2019. p. 100-115.

CASTELLS, A. N. G. Reabilitações urbanas na cidade contemporânea: entre as formas de fazer a cidade e as formas de fazer na cidade. *In:* Alicia Norma Gonzáles de Castells e Letícia Nardi (org.), **Patrimônio cultural e cidade contemporânea**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 19 -28.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** Artes de Fazer. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DOMINGUEZ, M. E. **O "afro" entre os imigrantes em Buenos Aires:** reflexões sobre as diferenças. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Faculdade de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto Municipal nº 244/1997**, de 3 de junho de 1997, regulamenta a Lei nº 2668, de 28.09.87, que autoriza o poder executivo a conceder, por adoção, a administração de áreas públicas. Florianópolis: Câmara Municipal, 1997.

GEHL, J. **Cidades para pessoas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GROH, V. Vilson Groh: depoimento [março. 2020]. Entrevistador: Rafael Alves de Campos. Florianópolis: SC, 2020. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao autor.

GUPTA A.; FERGUSON J. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 31- 49.

JACQUES, P. B. **Estética da ginga:** a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

HAESBAERT, R. **Da multiterritorialidade aos novos muros:** paradoxos da desterritorialização contemporânea. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 1-15, 2011. Disponível em: http://docplayer.com.br/23779417-Da-multiterritorialidade-aos-novos-muros-paradoxos-da-des-territorializacao-contemporanea.html. Acesso em: 15 out. 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro. 2001.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.17, n. 49, p.115-134, 2002.

MAIA, C. G. A. **A revolução vem do pastinho:** escrevivências antropológicas sobre vozes negras em Florianópolis- SC. 2019. Dissertação (Mestrado Antropologia Social)- Faculdade de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ORNSTEIN, S. W.; VILLA, S. B.; FRANÇA, A. J. G. L. **Avaliação pós-ocupação na arquitetura, no urbanismo e no design:** da teoria à prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, A. L. **Do mar ao morro:** a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SCHMID, C. Henri Lefebvre, o direito à cidade e a nova tendência metropolitana dominante. **Revista PLOT**, Buenos Aires, n. 7, Edição Especial Super Urbano, p. 184-193, dez. 2017.

STEFANELLI, R. (coord.). **Casan 45 anos:** uma história cheia de futuro. Florianópolis: Fábrica de Comunicação. 2016.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa:** investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970 /2000). Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.